



RESOLUÇÃO

Aumentar Salários, Dignificar Carreiras, Revogar o SIADAP, Eliminar a Precariedade, Reconhecer de forma efectiva a insalubridade, penosidade e risco do trabalho PELA MELHORIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS. É TEMPO DE REIVINDICAR E LUTAR!

A proposta de Orçamento do Estado para 2022 apresentada pelo Governo, a penúltima desta legislatura, está uma vez mais, muito longe de responder aos problemas que afectam há muitos anos e de forma grave os trabalhadores, o que significa que as injustiças e as desigualdades continuarão a arrastar-se e a aprofundar-se.

Com efeito, sem desvalorizar os avanços, muito insuficientes e parciais, alcançados nos últimos anos, sempre com muita luta, a verdade é que este é mais um orçamento que não assegura a urgente e indispensável valorização do trabalho e dos trabalhadores, o reforço e a qualidade dos serviços públicos, o investimento público e o desenvolvimento do País, continuando submetido ao chavão das “contas certas”, ou seja, ao cumprimento das metas do défice e da dívida e as imposições da União Europeia.

O Governo PS persiste assim em assegurar a continuidade das linhas centrais da política de direita, em desprezar a negociação colectiva e as justas reivindicações apresentadas pelas estruturas representativas dos trabalhadores.

É caso para dizer que, para os trabalhadores, reformados e pensionistas, este orçamento é, quando muito, um tiro de pólvora seca.

É assim no plano dos salários e pensões, cuja proposta de 0,9% nas remunerações, excluindo o aumento do SMN previsto, significará na base da carreira: para os assistentes operacionais - €5,98/mês; para os assistentes técnicos - €6,33/mês e para

os técnicos superiores - €10,85/mês quando há trabalhadores com 30 anos de serviço que estão na base da carreira.

Depois de não ter respeitado a promessa de aumento de 1% em 2021, o Governo impõe a continuação da perda de poder de compra pelo 13º ano consecutivo, que acumula 11% na última década – num cenário de forte aumento dos preços. A actualização de 0,9% agora proposto fica muito abaixo de 1,4%, que é a taxa de inflação prevista e, muito distante da previsão de crescimento do PIB, em 5,5% para 2022.

É assim em relação às carreiras, cuja polivalência e desqualificação provocará mais insatisfação, desmotivação e injustiças, tornando mais difícil reter e atrair trabalhadores.

É também assim no que concerne ao SIADAP, cuja promessa de revisão, apesar de a mesma não passar de uma mera operação de cosmética, nem essa viu a luz do dia, continuando em vigor um instrumento que não visa avaliar, mas conter os salários.

É assim no que diz respeito ao actual e muito limitado suplemento de penosidade e insalubridade, que o Governo propõe agora consagrar sob a forma de Decreto-lei, ao contrário do que aconteceu este ano, sendo este o único aspecto positivo, na medida em que tudo o resto continua igual, i.e., o risco laboral continua a não ser reconhecido e muitas profissões continuam excluídas, assim como a atribuição de mais dias de férias, a redução do horário de trabalho e da idade legal da reforma.

É assim na ausência de regulamentação dos demais suplementos, como o de disponibilidade, piquete, ou isenção de horário.

É assim na indemnização de acidentes por trabalho, cujo esbulho permanece com a proibição da acumulação às desvalorizações da capacidade geral de ganho inferiores a 30%, que abrange a esmagadora maioria dos trabalhadores sinistrados.

É assim na falta de medidas efectivas de combate ao flagelo da precariedade, quando nem sequer o PREVPAP foi aplicado, em toda a sua dimensão, e a precariedade continua a proliferar, sob as mais perversas formas.

É assim com a transferência de competências para os municípios de funções sociais do Estado, sem estarem assegurados os meios humanos e financeiros indispensáveis, e ainda que o estivessem, com os riscos que a municipalização de áreas estruturantes como a saúde, a educação, a segurança social, comporta na garantia Constitucional de acesso universal das populações a direitos que são estruturantes.

Face a esta situação e no momento em que decorre a negociação da proposta de OE2022, este é mais um importante momento para reivindicar, propor e lutar. É esse o caminho que é necessário percorrer para garantirmos a satisfação das nossas reivindicações:

- Aumento mínimo de 90 Euros para todos os trabalhadores, a partir de 1 de Janeiro de 2022;
- Aumento real dos salários, com um salário mínimo de 850 Euros;
- Correção da Tabela Remuneratória Única, de acordo com o n.º 3 do artigo 147º e o artigo 148º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;
- Atualização do subsídio de refeição para 7,50 Euros;
- Descongelamento efetivo das promoções e das progressões nas posições remuneratórias, abrangendo todas as carreiras e todas as categorias;
- Reposição das carreiras e conteúdos profissionais específicos tal como existiam antes da revogação operada pela Lei n.º 12-A/2008;
- Revogação do SIADAP e sua substituição por um sistema de avaliação sem quotas que valorize, realmente, os trabalhadores, potenciando o desenvolvimento e progressão profissionais;
- Atribuição da menção de relevante ou equivalente, a todos os trabalhadores, nos anos atingidos pela pandemia;
- Reposição do valor do pagamento das horas extraordinárias com acréscimo de 50 % na primeira hora e de 75 % nas seguintes, nos dias úteis, e de 100 % nos dias de descanso e reposição do descanso compensatório suplementar;
- Reposição do direito à indemnização devida por motivo de acidente de trabalho e/ou doença profissional;
- Reposição dos 25 dias de férias e respectivas majorações, para todos os trabalhadores, independentemente do vínculo;
- Extensão do suplemento de insalubridade, penosidade e risco a todas as actividades em que as funções desempenhadas comportem uma sobrecarga funcional que potencie a probabilidade de lesão ou o risco agravado de lesão física ou degradação do estado de saúde;
- Regulamentação do suplemento de disponibilidade e isenção de horário;
- 35 horas, para todos, independentemente do vínculo;
- Reposição e/ou atribuição do vínculo de nomeação definitiva;
- Erradicação de todas as formas de precariedade;
- Actualização dos escalões do IRS, maior justiça fiscal, protegendo os rendimentos do trabalho;
- Reposição da forma de cálculo das pensões e as condições gerais para aposentação com 36 anos de serviço, independentemente da idade,

salvaguardando regimes especiais consagrados com condições de acesso mais favoráveis;

- Preservação da ADSE como sistema público e a reposição das contribuições para 1,5 por cento sobre 12 meses;
- Reversão do processo de descentralização em curso para as autarquias.

Como afirmamos há muito, a concretização, certamente negociada e progressiva destas propostas, é indispensável à construção da vida digna a que temos direito. Mas a realidade é que nenhuma delas encontra respostas na actual proposta de OE 2022, que está muito longe do que é necessário e se exige para melhorar de forma significativa as condições de trabalho e de vida. Perante isto, os trabalhadores não irão resignar-se e a resposta só pode ser a intensificação e o endurecimento da luta para que as suas justíssimas reivindicações sejam contempladas.

É neste sentido que o plenário nacional de dirigentes, delegados e activistas do STAL manifesta o seu apoio à Greve Nacional da Administração Pública, agendada para o próximo dia 12 de Novembro, promovida e aprovada por todos os sindicatos da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, e apela desde já à mobilização e participação empenhada dos trabalhadores do sector nesta jornada de luta, que constituirá, estamos certos, uma poderosa afirmação na luta que continuaremos a travar pela dignificação e valorização do trabalho e dos trabalhadores, pelos serviços públicos.

Com determinação e confiança vamos à luta!

O Plenário Nacional do STAL

Lisboa, 22 de Outubro de 2021